

Empresariado apóia, mas prevê dificuldades

SERVICO LOCAL E AGENCIA ESTADO

A extensão da moratória às instituições financeiras oficiais deverá agravar a já complicada situação de crédito ao comércio exterior brasileiro, segundo o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Norberto Ingo Zadrozny. Apesar do risco para as vendas externas de máquinas, equipamentos e de serviços, por exigirem financiamentos de médio e longo prazos, os empresários apóiam a decisão do governo de suspender os pagamentos aos bancos estatais que compõem o Clube de Paris. A medida, para eles, demonstra coerência, pois o País passa a dar tratamento igual a entidades privadas e governamentais.

"Não é fácil justificar uma moratória. Mas, neste caso, não havia outra alternativa. Dentre sete bancos oficiais, que integram o Clube de Paris, apenas dois cumpriram parcialmente o acordo que firmaram com o Brasil. Além disso, seria injusto pagar para uns e não para outros", declarou Walter Sacca, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A suspensão do pagamento aos bancos estatais deverá facilitar a negociação da dívida externa brasileira, além de contribuir para elevar os níveis das reservas, segundo Sacca, colocando

o Brasil numa posição mais tranqüila diante da comunidade financeira internacional.

Norberto Ingo Zadrozny acha que o Brasil deve procurar entendimento com os credores estrangeiros no mais curto espaço de tempo possível. "O País não precisa concluir acordo precipitado nem fazer concessões. Basta mostrar boa vontade



Zadrozny: sem concessões

em negociar. Somente assim poderá atingir a meta de Cz\$ 8 bilhões de superávit." Sem financiamentos de médio e longo prazos, segundo ele, o Brasil só poderá exportar bens de consumo, como calçados e têxteis. Até agora, as vendas ao Exterior de bens de produção foram feitas com contratos do ano passado. "Agora a situação tende a piorar."

"NEGOCIAÇÃO JÁ"

O Brasil deve partir para a negociação já, no entender do presidente da Metal Leve, José Mindlin. "Não há tempo a perder." Para isso deve apresentar um plano econômico, sem o que, tudo fica mais difícil. Mindlin acredita que a moratória ao Clube de Paris foi decretada por influência política. "Não será entretanto com as teses do PMDB que o governo irá criar soluções para a crise." O presidente da Metal Leve defende a negociação direta com o FMI, que, segundo ele, já demonstrou boa vontade para com os países endividados.

O presidente da Gradiente, Eugênio Staub, acha que a moratória ao Clube de Paris, reforça o princípio da "isonomia" que recomenda tratamento igual para todos. Ajuda, além disso, a reforçar o debilitado "caixa" das reservas cambiais. Para Staub, a moratória brasileira deveria ter sido iniciada pelo Clube de Paris, que representa os governos dos países desenvolvidos. "Fica sempre mais fácil

negociar com os governos, do que com bancos privados, que estão sempre preocupados com os seus lucros."

SEM AGRESSÃO

"O governo não paga porque não tem dinheiro e vai continuar não pagando. A diferença é que o ministro Bresser Pereira não paga, mas também não agride os credores, enquanto o ministro Funaro não pagava e ainda queria tripudiar sobre os credores", afirmou em **Porto Alegre**, o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente. A moratória junto ao Clube de Paris representará cerca de US\$ 1,05 bilhão que o País deixará de remeter.

Segundo Valente, a política econômica do ministro Bresser Pereira favorece esta linha de conduta, "pelo pragmatismo com que conduz a economia, à revelia do pensamento do PMDB". Ressaltou o descrédito do País no Exterior, mas não crê em represália.

Em **Campo Grande**, o diretor do Dieese, Walter Barelli, afirmou que "a posição dos sindicalistas foi sempre de exigir do governo providências energéticas em relação aos credores brasileiros, porque os trabalhadores não podem ser sacrificados para atender a interesses dos banqueiros internacionais".